



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº. 46  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica: *[assinatura]*

PROTOCOLO 57-000131/2019

PARECER Nº 060/2019-DP-4

**EMENTA:** ANÁLISE EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2019 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E CONSUMO - CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS - REQUISITOS LEI 8.666/93.

Através do presente protocolo, o Pregoeiro solicita análise da minuta de Edital e respectivos anexos, para o Pregão Eletrônico nº. 010/2019, cujo objeto é a aquisição de material de escritório e consumo, atendendo as especificações contidas tanto no Projeto Básico (fls.1/2), bem como na minuta sob análise, tendo sido devidamente estabelecidas as especificações e quantidades, os parâmetros de preços e limites para o certame, bem como as obrigações das partes.

Da análise da minuta do instrumento convocatório e respectivos anexos, temos a considerar que estão em consonância com as determinações legais (art. 38, inciso VI, da Lei nº 8.666/93), razão pela qual, por não ter sido observado qualquer vício que inviabilize a continuidade do processo licitatório e desde que observadas as formalidades legais quanto à publicidade e aos prazos para a deflagração do certame, tem-se que a Minuta de Edital apresentada para o Pregão Eletrônico nº 010/2019 está em consonância com o ordenamento jurídico vigente, estando apto para a continuidade.

Anota-se, ainda, que a Diretoria Executiva já autorizou a abertura do processo licitatório na modalidade adotada (fls. 07), bem como foi atestado pela Gerência Financeira a disponibilidade de recursos financeiros para as despesas em questão (fls. 12), bem como indicados o gestor e respectivo suplente (fls. 08), declaração que os preços dos itens em referência estão de acordo com o praticado no mercado (fls. 11),

Diante disto, observadas as exigências de ordem legal e estando o edital e respectivos anexos em consonância com as determinações da Lei 8.666/93, bem como com a juntada da declaração de disponibilidade financeira para a despesa, entende esta Supervisão Jurídica que poderá ser dado continuidade e deflagrado o certame.

Curitiba, 12 de setembro de 2019.

**Ricardo Costa Maguetas**  
Assessoria Jurídica  
OAB-PR 28.275